

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 513.884 - SP (2019/0160969-7)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUCAS MATHEUS MOLINA - SP329364  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FERNANDO JUNIOR COSTA (PRESO)

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FERNANDO JUNIOR COSTA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (fls. 19/32).

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 11 dias-multa, como incurso nos arts. 155, *caput*, do CP.

Interposta apelação, o Tribunal local deu-lhe provimento, apenas para modificar o regime inicial para semi-aberto.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, constrangimento ilegal pela não consideração da incidência da atenuante de confissão espontânea na segunda fase da dosimetria, bem como da falta de compensação desta com a agravante da reincidência.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para compensar a agravante de reincidência com a atenuante de confissão, redimensionando-se a pena imposta.

A liminar foi indeferida (fls. 36).

As informações foram prestadas (fls. 42/70).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, e, no mérito, pela denegação da ordem (fls. 72/77).

Na origem, o processo n. 1500082-27.2018.8.26.0583, em curso na 1ª Vara Criminal do Foro de Presidente Prudente, teve expedição de guia de recolhimento em desfavor do paciente, encontrando-se os autos conclusos para despacho, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 5/8/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa que não foi apresentada fundamentação idônea para o não reconhecimento da atenuante de confissão, bem como para deixar de

compensá-la com a agravante de reincidência.

Acerca da confissão, a sentença condenatória assim dispôs (fls. 11-12 e 16):

**Em Juízo o acusado Fernando Júnior Costa** confirmou em Juízo os fatos lhe imputados na inicial, dizendo que estava usando drogas e parou no local para usar droga. **Confirmou também pegou os objetos e estava querendo levar embora. Quando foi abordado, ainda estava dentro do imóvel da empresa vítima (fls. 154/155).**

**A fala do réu, na verdade e confissão da pratica dos fatos, posto que sua alegação de estar usando droga ou droga não tem o condão de afastar a imputação, já que estava droga livremente e não de forma completa.**

Só a embriaguez completa e proveniente de caso fortuito ou força maior tem a força de afastar a pena ou a imputação; no caso dos autos era ela queira, deseja pelo réu, já que foi realizada de forma livre, não afasta a imputação.

**O valor probante da confissão em juízo é inequívoco.**

[...]

**Na dosagem da pena levo em consideração as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal favoráveis ao réu, principalmente sua admissão dos fatos no interrogatório judicial,** fixando a pena base no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão e multa de valor correspondente a 10 (dez) dias multa cada dia no valor de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos narrados na denúncia. Pela reincidência, acrescento a pena de 1/6 (um sexto). Ausentes outras circunstâncias que possam modificar a pena torno-a definitiva neste ponto, em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e ao pagamento da multa de 11 (onze) dias multa.

O Tribunal de origem, por sua vez, consignou (fls. 28/30):

**Não era o caso, ademais, de reconhecimento da atenuante pela confissão espontânea.**

Anoto ser cabível a aplicação da referida atenuante somente aos casos em que, de livre vontade, o agente admite integralmente os fatos a ele imputados, colaborando com a instrução criminal e, por conseguinte, com a apuração da verdade real, não sendo, evidentemente, a hipótese do caso em testilha.

[...]

**E, in casu, buscando vilipendiar a verdade, o sentenciado adulterou pontos importantes da real dinâmica dos fatos,** arguindo que achou os fios de cobre no chão - quando, em realidade, os retirou de maquinários existentes no sítio palco do crime.

**De qualquer forma, por se tratar de reincidência específica, ainda que fosse reconhecida a incidência da minorante, em nada alteraria a fração cominada pelo Magistrado de piso — eis que o quantum de aumento pela reincidência específica é de 1/4 (um quarto).**

A Corte *a quo* entenderam as instâncias de origem, embora tenham utilizado a confissão do réu para fundamentar seu convencimento, entenderam

# Superior Tribunal de Justiça

ser inaplicável a atenuante no caso vertente, ao argumento de que o sentenciado na confissão buscou *vilipendiar a verdade*, adulterando *pontos importantes da real dinâmica dos fatos*.

Como se sabe, acerca do reconhecimento da confissão, quando utilizada para formar o convencimento do magistrado, esta Corte Superior consolidou o entendimento ao editar a Súmula 545, no sentido de que, *Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal*". A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DESCAMINHO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ADMISSÃO DA PRÁTICA DELITIVA PELO ACUSADO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado na Súmula n. 545/STJ de que, "quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal", sendo indiferente que a admissão da autoria criminosa seja parcial, qualificada ou acompanhada de alguma causa excludente de ilicitude ou culpabilidade.

[...]

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC 461.977/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. CONFISSÃO ESPONTÂNEA DE FURTO EM DETRIMENTO DO ROUBO. CONFISSÃO PARCIAL. UTILIZAÇÃO PARA EMBASAR A SENTENÇA. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE. COMPENSAÇÃO. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. POSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se a confissão do réu, ainda que parcial, retratada ou qualificada, for utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação, deve incidir a respectiva atenuante. Súmula n. 545 desta Corte.

[...]

3. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Enunciado n.º 182 desta Corte).

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC 452.897/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018).

PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (ART. 306 DA LEI N. 9.503/97). DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. EXTRAJUDICIAL. DECLARAÇÃO NÃO

# Superior Tribunal de Justiça

UTILIZADA PARA EMBASAR O CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 545/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência pacífica do STJ.

2. É certo que, nos termos da Súmula 545/STJ, "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal".

3. Contudo, nos casos em que o sentenciante e o Tribunal de origem afirmam que a declaração extrajudicial não foi utilizada para sustentar a condenação do agente, não há falar em reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. Precedentes.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 391.910/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017)

Saliente-se, ademais, que a Terceira Seção desta Corte, em 23/5/2012, por ocasião do julgamento do EREsp 1.154.752/RS, pacificou o entendimento segundo o qual a atenuante da confissão espontânea, na medida em que compreende a personalidade do agente, é circunstância preponderante, devendo ser compensada com a agravante da reincidência, igualmente preponderante. Em 10/4/2013, o entendimento foi reafirmado no julgamento do Recurso Especial 1.341.370/MT, submetido ao rito dos recursos repetitivos.

Passo, assim, ao redimensionamento das penas.

Mantenho a pena-base no mínimo legal, em 1 ano de reclusão e 10 dias-multa. Na segunda fase, compenso a agravante de reincidência com a atenuante de confissão, deixando inalterada a reprimenda. Na terceira fase, ausentes outras circunstâncias que possam modificar a pena, torno definitiva definitiva em 1 ano e 10 dias multa.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para, reconhecendo a incidência da atenuante de confissão, compensá-la com a agravante de reincidência, reduzindo as penas do paciente para **1 ano de reclusão, e 10 dias-multa**, mantidos os demais termos da condenação.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator